



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

144  
70

ED na Ap 0280470-0

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADA: Thaísa Mariano Portela, representada pela sua genitora,  
Margarete Silva.

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MEDICAMENTOS OMEPRAZOL 20MG, MOTILIUM, NITRAZEPAN 5MG, OXCARBAZEPINA 300MG, LAMOTRIGINA 25MG E PLANTABEN. PACIENTE PORTADORA DE DEFICIÊNCIA MENTAL GRAVE (CID F-72) E EPILEPSIA (CID 640.3). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. **1.** Os artigos 5º, *caput*, e 196, da CF/88 foram expressamente enfrentados no acórdão embargado. **2.** As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) foram afastadas ao argumento de que a ordem deferida em primeiro grau *“apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República”*. **3.** O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. **4.** De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória. **5.** Embargos declaratórios conhecidos, porém improvidos, à unanimidade. /

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0280470-0, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 25 de abril de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

145  
70

ED na Ap 0280470-0

COMARCA: Poção

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADA: Thaísa Mariano Portela, representada pela sua genitora, Margarete Silva.

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para fins de prequestionamento, interpostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de acórdão proferido nos autos da Apelação Cível nº 0280470-0, pela qual se negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo, por conseguinte, a sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido da autora, ora embargada, e, confirmando a tutela antecipada anteriormente concedida, determinou ao réu, ora embargante, "o fornecimento dos medicamentos OMEPRAZOL, MOTILUM, NITRAZEPAN, OXCARBAZEPINA, LAMOTRIGINA e PLANTABEN, na forma prescrita pelo médico, embasando-me nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Ritos".

A decisão embargada restou assim ementada:

**"EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MEDICAMENTOS OMEPRAZOL 20MG, MOTILUM, NITRAZEPAN 5MG, OXCARBAZEPINA 300MG, LAMOTRIGINA 25MG E PLANTABEN. PACIENTE PORTADORA DE DEFICIÊNCIA MENTAL GRAVE (CID F-72) E EPILEPSIA (CID 640.3). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/imprescindibilidade das medicações solicitadas e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e das 'prescrições médicas' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Valéria Salazar (CRM 8904) e pelo Dr. Carlos Alberto Ribeiro Pessoa (CRM 3719), cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de algumas medicações requestadas não constarem da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que as mesmas não seriam ofertadas pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a paciente Thaísa Mariano Portela, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário."**

Argüi o embargante, em suas razões recursais, que: (i) o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, diante do que necessário seria o seu esclarecimento para fins de prequestionamento explícito, possibilitando-se o acesso às instâncias superiores,





196  
70

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

a teor das súmulas 282 e 356 do STF; e (ii) o acórdão impugnado não teria se manifestado expressamente acerca da aplicação ao caso em tela dos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI, e 196.

É o essencial a relatar.

As razões dos embargos, em verdade, constituem basicamente a reprodução dos argumentos expendidos na referida Apelação Cível (nº 0280470-0), agora com a indicação expressa dos dispositivos constitucionais supostamente violados, em relação aos quais me pronunciarei, em atenção ao pleito de prequestionamento explícito.

No que se refere aos artigos 5º, *caput*, e 196, da CF/88, tenho que os mesmos foram expressamente enfrentados no acórdão ora embargado, que consignara:

*"4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a paciente Thaísa Mariano Portela, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal."*

As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) restaram implicitamente enfrentadas no seguinte trecho do acórdão impugnado:

*"5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República."*

Assim, tem-se que o acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.

De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Tenho por inexistentes, pois, as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual deles conheço para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 20 de abril de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator